



Fala Egbé

Informativo das Comunidades Negras Tradicionais • nº 40• ano X • maio de 2018

Direitos ameaçados: Se organizar para resistir

Editorial

As Comunidades Negras e Povos Tradicionais de Terreiros em termos nacionais estão ameaçadas pela perda contínua de direitos, como toda a população do Brasil.

Algumas conquistas e a continuidade de lutas no campo do judiciário não correspondem ainda à necessidade de consolidar direitos, pelos governos. Por exemplo a morosidade de entregas de títulos para comunidades quilombolas e a falta reconhecimento da imunidade tributária bem como do direito a territórios dos povos de terreiros. Se antes a pressão social sobre governos produzia políticas públicas, hoje, há 2 anos da quebra das instituições do estado, se luta para não perder mais do que produzir novidades.

Na Bahia a implantação de todas as previsões do Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa (EIRCIR) é um desafio e uma necessidade. Todas as oportunidades devem ser aproveitadas. O EIRCIR tem muitas qualidades e precisa ser aplicado em todos os municípios, com recursos no orçamento. Pensando no momento político, não é hora de perder oportunidades de agir.

Em Salvador o Estatuto ainda não foi regulamentado em lei, e o processo de construção disto está em aberto. Mais um desafio para a participação de todas e todos de terreiros.



@Ivana Flores



Organização para evitar fragilidades é o cotidiano a ser encarado. É preciso saber como estão as associações para representar as comunidades, os jeitos de mobilizar e obter recursos, sabendo quem pode colaborar voluntariamente e quem pode ser aliado para apoiar suas causas.



Veja neste informativo partes desses desafios e ações de apoio e mobilização que KOINONIA fez em solidariedade permanente com a população em comunidades negras, na cidade e no campo.

Fotos: Acervo Flores Comunicação



@Ivana Flores

Fundada em 1994, KOINONIA é uma organização sediada no Rio de Janeiro (RJ), com atuação nacional e internacional. Somos uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil

sem fins lucrativos. Integramos o movimento ecumênico e prestamos serviços ao movimento social.

A missão de KOINONIA é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo

de emancipação social e política; além de promover o movimento ecumênico e seus valores libertários.

A palavra *koinonia* vem do grego e significa comunidade e comunhão.

Eixo temático *Direitos das Comunidades Negras Tradicionais*

Desenvolve projetos e atividades de fortalecimento político dos terreiros de candomblé e comunidades negras rurais, consistindo em formações a respeito de políticas e leis que lhes concernem; estímulo de intercâmbios de conhecimentos e experiências;

produção conjunta de informação e análises; ações de inclusão produtiva; e promoção dos direitos das juventudes. Estas e outras iniciativas de KOINONIA são todas orientadas pelo eixo transversal “Ecumenismo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de

Gênero”, que visa promover necessária e simultaneamente o anti-racismo, o ecumenismo, a liberdade religiosa e a igualdade de gênero.

Ações:

Formação e empoderamento

Formação em direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e territoriais para as comunidades, em especial jovens e mulheres

Seminários

Intercâmbios

Projetos socioculturais para ações locais

Assessoria jurídica para causas coletivas

Formação e legalização de associações

Produção de Informação/ Documentação

Fala Egbé

Cartilhas “Direitos”, “Violações” e “Elaboração de Projetos” para Comunidades Negras Tradicionais (CNT)

Dossiê Intolerância Religiosa

Site Observatório Quilombola

Produção audiovisual sobre direitos das CNT

Incidência Pública

Monitoramentos de processos jurídicos e administrativos envolvendo CNT

Monitoramento das políticas públicas específicas

Diálogo nas esferas governamentais, visando a garantia de direitos das CNT

Produção de artigos, campanhas e ações de solidariedade em prol das CNT

EIXO TRANSVERSAL “ECUMENISMO, SUPERACÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E JUSTIÇA DE GÊNERO”

Orienta o conjunto de atividades institucionais e abriga iniciativas voltadas ao enfrentamento da intolerância e promoção do diálogo inter-religioso e incidência pública

Notícias

KOINONIA **É por direitos!** Um giro por nossas ações juntos

**26
JAN**

“ II Seminário sobre Intolerância Religiosa e Estado Laico”

Refletir sobre a criminalização das religiosidades não hegemônicas e propor um modelo de tolerância calcado na harmonia foram os dois principais focos do II Seminário sobre Intolerância Religiosa e Estado Laico, realizado hoje, dia 26, na sede do Ministério Público estadual, em Salvador. A atividade contou com mais de 600 líderes religiosos, professores, estudantes, representantes dos poderes públicos, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada debateram questões como

‘a importância do Judiciário para a defesa e implementação dos direitos das religiões afro-brasileiras’, tema da palestra de abertura. O evento contou com a participação de Koinonia na Figura de Ana Gualberto como debatedora da conferência de abertura e Rafael Soares na mesa enfrentamento á intolerância religiosa no Brasil de hoje.



©Ivana Flores



Fotos:Ivana Flores

Koinonia esteve presente em diversas atividades durante o FSM, incluindo uma apresentação do contexto étnico/racial e religioso da Bahia durante o Fórum Mundial de Teologia da Libertação, no dia 13 de março.

**13
MAR**

Fórum Social Mundial - Resistir e Transformar!



**22
MAR**

Vivência no Ilê Axé kalè Bokùn com estudantes da Universidade de Hamburgo

Com apoio de KOINONIA e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Ilê Axé Kalé Bokun no dia 22 de março abriu suas portas para receber 35 pessoas, entre elas 15 alunos de Ciências Sociais da Religião da Universidade de Hamburgo

(Alemanha) para poder vivenciar um dia dentro de uma casa de candomblé. A atividade teve como objetivo principal a troca de conhecimento como forma de promoção da paz.

Foto: Ivana Flores



Foto:Ivana Flores



EIXO TEMÁTICO “DIREITOS DAS MULHERES E DA POPULAÇÃO LGBTQT”

Promove e fortalece direitos das mulheres e da população LGBTQT (lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) suscitando e aprofundando, também entre religiosos, o debate sobre os temas da não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, assim como o da questão da violência contra a mulher.

**17
JAN**

Oficina de produção de embalagem e início de construção de plano de negócios – Comércio com Identidade

Nos dias 17 e 18 de janeiro aconteceu em Camamu a oficina prática de produção de embalagens e construção de plano de negócios com mulheres das três comunidades beneficiadas com o projeto Comércio com Identidade. O objetivo das oficinas foi ensinar as mulheres a produzir embalagens a partir de elementos que elas tem a mão nas comunidades e que valorizem a produção artesanal das mesmas e construir um plano de negócio que as ajudem na gestão da produção e do espaço coletivo para venda. A oficina contou com a participação de 45 mulheres entre os dois dias.



**25
JAN**

25 A 27 – INTERCÂMBIO COMÉRCIO QUILOMBOLA



Comércio com Identidade
Mulheres Negras Quilombolas
do Baixo Sul da Bahia

Entre os dias 25 a 27 de janeiro aconteceu o intercâmbio do projeto Comércio com Identidade. Contando com a participação de 15 mulheres. O propósito do intercâmbio foi de contribuir com a formação dos grupos de mulheres no que tange formas de comercialização, tipos de embalagens e abordagens comerciais. As mulheres estiveram em diferentes espaços de comercialização em Salvador e no dia 27 estiveram em diálogo com lideranças de terreiros para trocar ideias e experiências sobre as formações realizadas nas comunidades e sobre valorização de produção artesanal afro brasileira.

A atividade foi realizada em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia – SETRE e Brot fur die Welt.



Foto: Ivana Flores

Em comemoração pelo Dia Internacional da mulher foi realizado no dia 7 de março o seminário Mulheres Quilombolas: resistir e transformar!

**07
MAR**

Mulheres Quilombolas: resistir e transformar!

Pelo direito à vida e garantia dos territórios. Essa atividade reafirmou o compromisso na luta por justiça, equidade e promoção do empoderamento das mulheres negras. Com a participação de 100 mulheres, o evento foi realizado em parceria KOINONIA com as comunidades

com as comunidades quilombolas do Barroso, Jetimana/Boa Vista e o Assentamento Dandara dos Palmares, através projeto “Comércio com identidade: mulheres negras quilombolas do Baixo Sul da Bahia”, apoiado pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia – SETRE e Brot fur die Welt.

EIXO TEMÁTICO “DIREITOS DAS COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS”

Desenvolve projetos e atividades de fortalecimento político dos terreiros de candomblé e comunidades negras rurais, consistindo em formações a respeito de políticas e leis que lhes concernem; estímulo de intercâmbios de conhecimentos e experiências; produção conjunta de informação e análises; ações de inclusão produtiva; e promoção dos direitos das juventudes.

**13
MAR**

Direitos na Diáspora: Da Barroquinha ao Eng. Velho – Conversas Históricas no Terreiro Da Casa Branca

No dia 14 de março aconteceu no Espaço Cultural Vovó Conceição - Terreiro da Casa Branca a roda de conversa Direitos na Diáspora: Da Barroquinha ao Eng. Velho – Conversas Históricas no Terreiro Da Casa Branca. Questionamentos como: A história tem algo a nos ensinar sobre o que fazer hoje? Podemos pensar o futuro com olhares sobre a resistência cultural passada? Motivaram a roda de conversa com as historiadoras Lisa Earl Castillo e Ana Gualberto e o antropólogo Rafael Soares. A atividade contou com a

participação de 40 pessoas que estivemos juntos para aprender com o passado, pensar o presente e planejar o futuro através da história compartilhada no evento.



Fotos: Ivana Flores



**2
ABR**

Reunião com a REPROTAI

No dia 02 de abril, Koinonia recebeu em seu escritório Tatiane Anjos, representando a REPROTAI - Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe. O objetivo principal da reunião é estabelecer contato com a rede e idealizar e planejar a realização de ações conjuntas envolvendo as comunidades de terreiro e as diversas juventudes com as quais a rede dialoga. Rede de adolescentes e jovens da Península de Itapagipe fundada em agosto de 2004 por adolescentes e jovens da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, Associação Livre dos Moradores de Mangueira, Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e Comissão de Articulação dos Moradores da Península de Itapagipe (Rede CAMMPI).

E ações conjuntas e futuras virão nessa nova parceria que Koinonia estabelece!

**SEM
PRE**

Formação

Formação em direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e territoriais para as comunidades, em especial para seus jovens e mulheres.

**SEM
PRE**

Observatório Quilombola

Espaço interativo, interdisciplinar, dedicado à coleta, organização e análise de informações relativas às comunidades negras rurais e quilombolas, em seus contextos locais e regionais, assim como às políticas pertinentes.

**27
MAI**

VI Caminhada do Povo de Santo

Nordeste de Amaralina, 27 de maio 2018, o pedido de Agô (licença) ao senhor Exú para que os caminhos ficassem abertos para a VI Caminhada do Povo de Santo, marcou o início desta edição. Mesmo com todos os inconvenientes gerados pela greve dos caminhoneiros muitos terreiros foram representados pelos seus filhos que compareceram para mostrar a força que temos quando estamos juntos. Todos estavam a rigor em seus trajes de uso religioso e na cor branca como fora pedido pelos organizadores.



Reforçando Laços - Janeiro 2018

Ana Gualberto é assessora de KOINONIA e mestranda em Cultura e Sociedade no IHAC-UFBA.

Iniciamos o ano de 2018, de forma diferente: de imediato realizamos uma edição de Reforçando Laços. No dia 27 de janeiro estivemos todos reunidos para, mais uma vez, tratar de assuntos referentes às comunidades religiosas de matriz africana de Salvador e de toda a Bahia. Nosso objetivo em começar o ano com esta atividade foi apresentar o processo de avaliação ao qual KOINONIA foi submetida no final de 2017, debater com as lideranças presentes os pontos destacados pela avaliação, apontar caminhos para as ações de KOINONIA durante 2018 e para o próximo triênio de ação (2019-2021). Trago aqui alguns destaques do que foi debatido nesta reunião e que estão em fase de incorporação nas práticas e atividades de KOINONIA. Recuperaremos os apontamentos da avaliação, as respostas que já temos e que estão em fase de implementação. Temas principais trazidos pela avaliação e ações de seguimento:

1. Apoios diversos às ações das comunidades seja em espécie, administrativo e contábil, assessoria na realização das ações e na elaboração dos projetos e articulação com outros grupos; Criamos um espaço virtual, dentro do Dossiê Intolerância Religiosa para compartilhamento de informações referentes a políticas públicas, mobilizações e articulação. Estas publicações também serão compartilhadas no Facebook de KOINONIA e circularão nos grupos de WhatsApp. Prazo para implementação: julho/2018. Apoio na produção de materiais para atividades, sempre que possível. Apoio na elaboração de projetos e capacitação para elaboração e prestação de contas – a ser solicitado por comunidade/liderança. Estamos em diálogo com financiadores para ter recursos a serem solicitados pelas comunidades. Serviço de orientação jurídica: análise dos casos e encaminhamento aos órgãos responsáveis. Regularização de associações e monitoramento de casos de intolerância religiosa.

2. Diálogos e ações com juventudes; Estamos abertos a construir coletivamente com as comunidades ações com as juventudes. Estabelecemos contato com a REPROTAI e pretendemos realizar ações conjuntas envolvendo as comunidades de terreiro.

3. Acolhimento e ações com a comunidade LGBTTIs; Estamos buscando dialogo com grupos e coletivos LGBTTIs para entender como podemos colaborar com a luta contra a Lgbtti-fobia e no acolhimento deste público nos espaços religiosos de matriz africana.

4. Conexão entre territórios negros urbanos e rurais; Manteremos a prática de, sempre que possível, reunir lideranças dos territórios negros com os quais KOINONIA dialoga. Buscaremos também formas de levar lideranças das comunidades de matriz africana de Salvador até a região do Baixo Sul para contribuir no fortalecimento da luta contra a intolerância religiosa e também a aproximação com os movimentos de mulheres negras.

Lei Municipal 549, depois de 5 anos... Rumo ao EIRCIR municipal!

Estamos prestes a apresentar em plenário na cidade de Salvador o “PROJETO DE LEI Nº 549/2013, Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no âmbito do Município de Salvador”. O texto está atualmente nas mãos do vereador Silvio Humberto, que após a realização das audiências públicas, está finalizando a redação para apresentação e votação do projeto de Lei. Os aspectos tratados pelos artigos são:

1. Inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença;

2. Direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos;

3. Assistência religiosa às pessoas internadas em hospitais, outras instituições de saúde e incluindo pessoas privadas de liberdade;

4. Obrigação do município de combater a intolerância religiosa;

5. Reconhecimento e proteção do patrimônio histórico cultural das religiões de matriz africana.

Acreditamos que será mais um instrumento legal para garantia de direitos da população negra e também das comunidades de matriz africana. O capítulo III “Da defesa da Liberdade religiosa”, traz cinco artigos. O último desses artigos, afirma:

Art. 37: Os templos religiosos de matriz africana no Município de Salvador serão reconhecidos como patrimônio histórico e cultural de origem afro-brasileira, devendo o Poder Público adotar políticas específicas de proteção, valorização e qualificação do seu patrimônio material e imaterial.

O Estatuto apresenta várias demandas que já discutimos e estamos lutando há anos para que sejam resolvidas. Da mesma forma que o Estatuto está sendo regulamentado em nível Estadual, precisará ser regulamentado em nível municipal, explicitando como serão implementadas as ações apontadas no texto.

Para isso precisaremos estar atuantes neste processo para que o Estatuto não venha a ser mais uma lei engavetada. O texto ainda pode receber contribuições, que devem ser enviadas ao Mandato do Vereador Silvio Humberto por e mail: juridicosilviohumberto@gmail.com

REGULARIZAÇÃO JURÍDICA DOS TERREIROS E TRIBUTOS

Por Camila Chagas - Advogada colaboradora de KOINONIA

Os terreiros são espaços sagrados e merecem proteção. Sempre ouvimos as pessoas falarem da Constituição Federal, a lei mais importante do ordenamento jurídico brasileiro, mas, na prática, como podemos nos organizar juridicamente para exercer direitos previstos na legislação brasileira? Sabemos que as religiões de matriz africana possuem formas de organização própria, sua estrutura e funcionamento são únicos em cada comunidade, por isso, devemos pensar no modo de organização jurídica condizente com a realidade socioeconômica de cada terreiro, alinhados com os valores trazidos de cada casa. Então vamos lá! A primeira possibilidade de organização é através de Associação, isto é, união de pessoas com interesse comum, sem finalidade lucrativa, com objetivo de superar as dificuldades e gerar benefícios para todos aqueles que dela participam. As associações são criadas através do Estatuto Social que visa estruturar as regras estabelecidas entre seus associados, sendo elaborado com a participação de todas as pessoas que desejam fazer parte do projeto. O Código Civil Brasileiro, em seu artigo 54, apresenta os requisitos necessários do Estatuto, que deverá conter: a denominação, os fins e a sede da associação; os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados; os direitos e os deveres dos associados; as fontes de recursos para sua manutenção; o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; as condições para alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. Reuniões de sensibilização, apresentação e debate de propostas são fundamentais para dar prosseguimento aos procedimentos formais. Estes incluem: a realização de Assembleia Geral para aprovação do Estatuto, eleição da diretoria e conselho fiscal, estabelecimento da sede e ata de fundação. Será necessário, também, a relação qualificada dos associados fundadores presentes. Para facilitar a visualização dessas regras e ir comobússola, Koinonia disponibiliza, para os interessados,

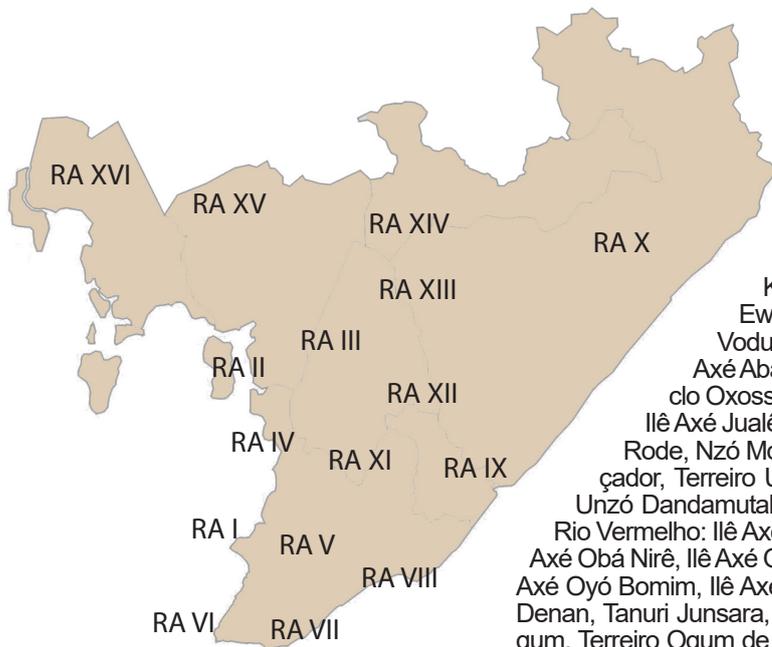
uma minuta de Estatuto Social e oferece serviço de assessoria jurídica gratuita, auxiliando na elaboração e obtenção dos documentos necessários para a regularização jurídica das comunidades. Após o Registro do Estatuto, em Cartório de Registros de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas, o próximo passo será solicitar da Prefeitura o Termo de Viabilidade de Localização – TVL. Este documento é necessário para o requerimento do CNPJ e do alvará de funcionamento. A inscrição no CNPJ é fundamental para a efetivação da formalização da personalidade jurídica. O cadastro poderá ser feito através do site da Receita Federal, onde deve ser solicitado o Documento Básico de Entrada no CNPJ – DBE. Com o deferimento do DBE, deverá ser feita a impressão e reconhecer a firma do responsável pela Associação perante o CNPJ. Concluído o procedimento, o DBE e os documentos registrados em Cartório deverão ser encaminhados a Agência da Fazenda localizada no município sede da associação. Concluída estas etapas, o CNPJ poderá ser retirado pela internet. Com o CNPJ, será possível solicitar o reconhecimento de Imunidade Tributária, de modo que o Templo Religioso seja imune aos impostos governamentais. Este direito está previsto na Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso VI, mas para ser efetivado será necessário fazer o requerimento a Fazenda Nacional. O mesmo ocorre em âmbito municipal, onde o requerimento será encaminhado a Secretaria Municipal da Fazenda -SEFAZ, para imunidade do imposto sobre propriedade predial e territorial urbano - IPTU, conforme estabelece o artigo 58, parágrafo 6º do Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador. Organizar-se como Associação Cultural, Beneficente e Religiosa é o meio mais adequado, mas também devemos considerar que além dos direitos, existem os encargos decorrentes dessa forma de organização. Por isso, além dos serviços jurídicos, também são necessários os serviços de contabilidade, tendo em vista a necessidade de escrituração das receitas e das despesas em livros contábeis. Lembra-se quando falamos

da necessidade de adequação das possibilidades de regularização jurídica com a realidade socioeconômica de cada terreiro? Caso não seja possível organizar-se em forma de associação e realizar o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, para requerer a imunidade tributária, é possível solicitar a isenção tributária junto a Prefeitura Municipal de Salvador. Do ponto de vista jurídico, existem diferenças entre imunidade e isenção tributária. Em linhas gerais, a imunidade está prevista na Constituição Federal e uma vez preenchidos os requisitos legais, proíbe os entes políticos: União, Estado e Municípios, a cobrar tributos. Já a isenção está prevista em leis infraconstitucionais do ente político que tenha competência para cobrar determinado tributo. Na isenção, a obrigação tributária existe, mas há dispensa do pagamento ao poder público. Vale registrar a existência do Cadastramento realizado pela Secretaria Municipal de Reparação – SEMUR, instituído pela Prefeitura de Salvador, através do Decreto nº 25.560, de 19 de novembro de 2014, com a finalidade de possibilitar a isenção tributária aos Povos e Comunidades de Terreiro. Para fazer o cadastro é necessário acessar o site <http://www.terreiro.salvador.ba.gov.br/cadastro.php>, preencher as informações solicitadas e anotar o protocolo de acompanhamento que deverá ser confirmado, presencialmente, em uma “prefeitura-bairro” o na sede da SEMUR. Para este procedimento não é necessário ter CNPJ e com o CPF do responsável pela casa é possível dar entrada na solicitação. Em posse destas informações, dentro das particularidades existentes em cada casa, através da auto-organização, é possível analisar e decidir a maneira mais adequada de organização jurídica exercendo os direitos garantidos por lei.

IMPORTANTE

Para agendar atendimento jurídico em Koinonia Tel. (71) 3412-2656 juridicokoinonia@gmail.com

Observação: Quaisquer pagamentos de taxas, custas arborárias, tributos e outros valores que sejam necessários ao trâmite da regularização ou processo são de .responsabilidade da associação ou terreiro assessorados



COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS EM DIÁLOGO COM KOINONIA

Terreiros em Salvador: RA I Centro: Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá; RA II Itapagipe: Ilê Axé Airá Omim, Ilê Axé Odé Lomin Infan, Ilê Axé Ogum Ladê Iyá Omim, Ilê Axé Omin Leuá, Ilê Iyá Oshum, Terreiro de Oxum do Caminho de Areia; Unzo Mayala. RA III São Caetano: Ilê Axé Idanjeuê, Ilê Axé Obá Inan, Ilê Axé Opô Ibu Alama, Terreiro Ogun Tundê; Unzô Sasaganzuá Kangunga KK. RA IV Liberdade: Ilê Axé Omin Amboke, Ilê Axé Ewá Omin Nirê, Ilê Axé Iroko Sun, Terreiro Ajagunan, Terreiro do Vodunzô, Terreiro Kanzo Mucambo, Terreiro de Oxalá. RA V Brotas: Axé Abassá de Amaze, Centro do Caboclo Boiadeiro, Centro do Caboclo Oxossi Talami, Centro Matamba de Onato, Ilê Axé Ewê, Ilê Axé Jifulú, Ilê Axé Jualê, Ilê Axé Oluwayê Dey'I, Ilê Axé Oyá Tunjá, Ilê Axé Omin Afonjá Rode, Nzô Mdemboa – Kenã, Ilê Axé Omin Ode Azoani, Terreiro Oxossi Caçador, Terreiro Unzô Awziidi Junçara, Tuumba Junçara, Tuumbalagi Junçara, Unzô Dandamutalê, Unzo Katendê Dandalunda, Caboclo Pena Branca. RA VII Rio Vermelho: Ilê Axé Achê Ibá Ogum, Ilê Axé Alarabedê, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Ilê Axé Obá Nirê, Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá, Ilê Axé Omin Deuá, Ilê Axé Onirê Ojuirê, Ilê Axé Oyó Bomim, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Obá do Cobre, Ilê Oxumaré, Ilê Axé Oyá Omin Denan, Tanuri Junsara, Ilê Axé Centro de Angola Mensageiro da Luz, Terreiro do Bogum, Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo. RA IX Boca do Rio: Ilê Axé Araka Togum, Ilê Logum Edé Alakaí Koissan, Terreiro Onipó Neto. RA X Itapuã: Axé Abassá de Ogum, Axé Tony Sholayó, Ilê Axé Osun Yinká, Ilê Axé Ominader, Ilê Axé Yeye Jimum, Terreiro Aloia, Terreiro Caboclo Itapuã, Terreiro Oxossi Mutalamô, Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté, Viva Deus Neto, Terreiro Viva Deus Bisneto, Ilê Axé Ibá Aqueran, Terreiro Gurebetã Gome Sogboadã, Terreiro Monaleuci Um'Gunzo de Un'zambi. RAXI Cabula: Ilê Axé Opô Afonjá, Ilê Axé Tunadeni, Terreiro Sultão das Matas, Unzô Bakisé Sasaganzuá Gongara Cajango, Unzô Ngunzo Kwa Kayango, Viva Deus Filho, Ylê Yá Yalodeidê. RAXII Tancredo Neves: Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Jagun Bomin, Ilê Axé Lofan Demim, Ilê Axé Obá Fangy, Ilê Axé Olufan Anancidê Omin, Ilê Axé Omin Alaxê, Ilê Axé Omin Togun, Ilê Axé Oyá Omin Olorum, Ilê Axé Pondamim Bominfá, Terreiro de Boiadeiro, Terreiro do Bate-Folha, Terreiro Olufonjá, Terreiro São Roque, Terreiro Sete Flechas, Terreiro Tumbenci, Onzô Laia Mutá. RAXIII Pau da Lima: Funzô Iemim, Ilê Omu Keta Posu Beta, Ilê Axé Toloji. RAXIV Cajazeiras: Ilê Axé Layê Lubo, Ilê Axé Omim J'Obá, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Nita, Ilê Axé Onijá, Terreiro Junçara Kondirê, Unzô de Kaiango, Manso Bandun Kuekue de Inkinansaba Filho, Manso Dandalungua Cocuzenza, Manso Dandoqüenque Dunkinisaba Filho, Moitumba Junçara, Nzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze, Terreiro Vintém de Prata, Ilê Axé Ogum Omimkayê, Unzô Daminikanga Munde D'Unzambe. RAXVI Valéria: Ilê Axé de Ogunjá, Ilê Axé Omim Funkó, Ilê Axé Olo Omin, Ilê Jêje Dahomé Imburací. RAXVII Subúrbios Ferroviários: Onzô de Angorô, Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé, Ilê Axé Oyá Deji, Ilê Axé Oba Furikan, Ilê Axé Acorô Genã, Ilê Geleuá, Ilê Axé Loyia, Ilê Asé Ogum Alakaiyê, Ilê Axé Anandeuui, Ilê Axé Flor da Mirtália, Ilê Axé Gitolobi, Ilê Axé Jagun, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé bá Omo, Ilê Axé Odé Tolá, Ilê Axé Omi Euá, Ilê Axé Omin Loyá, Ilê Axé Unzô Mona de Amean, Ilê Olorum Axé Giocan, Luandan Jucia, Terreiro Caboclo Catimboiá, Terreiro Gidenirê, Terreiro Mucundeuá, Terreiro de Nana, Ilê Axé Arin Massun, Ilê Axé Giroqeme, Ilê Losi Omim Kafunjê, Humpame Dan Ilê Yia Oshun, Ilê Asé Kale Bôkum. RAXVIII Ilhas: Ilê Axé Airá, Ilê Axé Oyá Bagan Baba Alae-forun. Região Metropolitana de Salvador: Ilê Ala Axé, Ilê Axé Burukam Ajunsun, Ilê Asé Maa Asé Ni Odé, Ilê Axé Gum Tacum Wseré, Ilê Axé Jesideja, Ilê Axé Oba Nã, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Lessy, Ilê Axé Ondô Nirê, Ilê Axé Opô Olú-Odé Alayedaá, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Odé Obá Lodê, Ilê Axé Odé G'mim, Ilê Axé Taoyá Loni, Ilê Axé Dan Seji Olá, Ilê Axé Bokum, Ilê Axé Igbonan, Sindirátukuã Filha, Terreiro Angurusena Bya Nzambi, Terreiro de Jauá, Terreiro Filhos de Ogunjá, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro São Bento, Tuumbaengongonsara, Unzô Tateto Lemba, Ilê Axé Alafumbí, Ilê Axé Awon Funfun, Ilê Axé Ojunilê Chapanã, Ilê Axé Ogum Mejê, Ilê Axé Julosum Oju Omim, Ilê Axé Ode Oman, Centro Umbandista Paz e Justiça, Terreiro Vence Tudo, Terreiro Nzo Tata Nsuuumbu, Ilê Axé Ejiegg Faleji, Unzô Kunã Lembe N'kossi, Terreiro de Guiaiba, Ilê Axé Ogum Dey, Ilê Axé Oba Inallê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Anibé Nirê, Terreiro Águas de Efan Itabuna: Ilê Axé Obé Fará Ogum Lonan, Centro de Candomblê Santa Bárbara, Ilê Axé Ijobá Oxumarê- -Yewá, Ilê Ewá Oludumare, Ilê Axé Oyá de olorun, Ilê Axé Omim Lande, Vintém de Prata. **Em outros municípios:** Em Araci: Ilê Axé Jitolobi. Em Cachoeira: Ilê Axé Kayó Alaketu. Em São Francisco do Conde: Ilê Axé Osum Made. Em Muritiba: Ilê Axé Obá Nijó Omim. Em Rio de Contas: Terreiro Afoxé dos Orixás. Em Ilhéus: Terreiro de Ilhéus e Terreiro Matamba Tombeçy. Em Mata de São João: Terreiro de Praia do Forte. Em São Sebastião: Terreiro de São Sebastião. Em Ituberá: Sintalas Singué.

Editores:

Ana Gualberto e Rafael Soares de Oliveira

Redação:

Ana Gualberto, Camila Chagas, Naiara Soares e Rafael Soares

Revisão: Equipe KOINONIA

Projeto gráfico: Thiago Ansel

Diagramação: Ivana Flores

Revisão Final: Thiago Ansel

Impressão:

JM Gráfica e Editora



Travessa Baixa da Casa Branca, 463, Térreo - Engenho Velho da Federação, Salvador, BA - CEP: 40221-025 | Tel.: (71) 3412 5226

Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro, RJ

www.koinonia.org.br

ISSN: 1981-7568

Apoio

Brot
für die Welt

GOVERNO FEDERAL

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NEGRAS RURAIS

Na Região do Baixo Sul da Bahia: Em Camamu: Jatimana e Boa Vista, Pimenteira, Barroso, Assentamento Zumbi dos Palmares, Pedra Rasa, Mutirão, Assentamento Dandara dos Palmares, Maribondo, Acaraí, Orojó, Tapuia, Garcia, Maria Ribeira, Almeida, Coqueiro, Lameiro, Ronco e Abóboras, Porto do Campo e Rua do Dendê/Colônia de pescadores. Em Nilo Peçanha: Jetimane e Boitaraca. Em Ituberá: STTR Ituberá. Em Igrapiuna: Laranjeira e Boa Esperança.